



## **Demonstrações Contábeis**

### **Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
8º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da

**Eólica Manguê Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Manguê Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Manguê Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future  
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over a faint, light blue circular stamp.

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC RJ-093771/O

**Balanco patrimonial**  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>30.162</b>	21.818
Contas a receber de clientes	5	<b>2.270</b>	2.155
Tributos a recuperar	6	<b>8</b>	1.016
Outros ativos circulantes		<b>323</b>	282
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>32.763</b>	25.271
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	7	<b>3.589</b>	3.348
Contrato de mútuo - parte relacionada	11.1	<b>5.661</b>	-
<b>Imobilizado</b>	9	<b>41.601</b>	46.870
Direito de uso	8	<b>1.672</b>	1.909
Outros ativos não circulantes		<b>520</b>	127
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>53.043</b>	52.254
<b>Total do Ativo</b>		<b>85.806</b>	77.525
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		<b>888</b>	526
Empréstimos	10	<b>4.454</b>	4.168
Contrato de mútuo - parte relacionada	11.2	<b>19.475</b>	17.198
Passivo de arrendamento	8	<b>349</b>	325
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	13.1	<b>272</b>	320
Outros passivos circulantes		<b>382</b>	265
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>25.820</b>	22.802
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos	10	<b>22.393</b>	26.840
Passivo de arrendamento	8	<b>1.662</b>	1.914
Conta de ressarcimento - CCEE	12	<b>19.157</b>	17.947
Provisão para desmobilização	14	<b>7</b>	2.174
Provisão contingente	15	<b>162</b>	80
Impostos Diferidos	13.2	<b>1.426</b>	-
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>44.807</b>	48.955
Capital social	16	<b>7.580</b>	7.580
Lucros (prejuízos) acumulados	16	<b>7.599</b>	(1.812)
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>15.179</b>	5.768
<b>Total Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>85.806</b>	77.525

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita Líquida	17	<b>25.355</b>	16.699
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	<b>(9.642)</b>	(11.585)
Resultado operacional bruto		<b>15.713</b>	5.114
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19	<b>(1.200)</b>	(3.228)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<b>14.513</b>	1.886
Despesas financeiras	20	<b>(5.704)</b>	(5.956)
Receitas financeiras	20	<b>3.640</b>	1.959
Resultado financeiro líquido		<b>(2.064)</b>	(3.997)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>12.449</b>	(2.111)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	<b>(1.945)</b>	(1.204)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<b>(1.093)</b>	-
Resultado líquido do exercício		<b>9.411</b>	(3.315)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	9.411	(3.315)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>9.411</u>	<u>(3.315)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros				Prejuízos acumulados	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos mínimos obrigatórios				
Saldo em 31 dezembro 2023	7.580	112	1.391	-	-	-	9.083	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	
Absorção do prejuízo	-	(112)	(1.391)	-	(1.812)	3.315	-	
Saldos em 31 dezembro 2024	7.580	-	-	-	(1.812)	-	5.768	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	<b>9.411</b>	<b>9.411</b>	
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	<b>1.812</b>	<b>(1.812)</b>	-	
Constituição de reserva legal	-	<b>380</b>	-	-	-	<b>(380)</b>	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	<b>1.805</b>	-	<b>(1.805)</b>	-	
Constituição de reserva de lucros	-	-	<b>5.414</b>	-	-	<b>(5.414)</b>	-	
Saldos em 31 dezembro 2025	<b>7.580</b>	<b>380</b>	<b>5.414</b>	<b>1.805</b>	-	-	<b>15.179</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.449	(2.111)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	4.709	5.098
Depreciação - arrendamento	333	314
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos - partes relacionadas	2.277	1.890
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	2.023	2.244
Encargos sobre empréstimos	17	17
Juros - arrendamento	148	163
Provisão para desmobilização	(1.523)	273
Provisão (reversão) de contingências	82	80
PIS e COFINS diferido	333	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(278)	(308)
Remensuração do direito de uso	96	-
Lucro ajustado	<b>20.666</b>	7.660
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(115)	18
Tributos a recuperar	1.008	52
Ativo de arrendamento	(96)	-
Outros ativos	(434)	196
Fornecedores e outras contas a pagar	362	22
Conta de ressarcimento - CCEE	1.210	6.317
Outros passivos	117	27
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<b>22.718</b>	14.292
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.993)	(1.030)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>20.725</b>	13.262
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(84)	(37)
Títulos e valores mobiliários	37	336
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<b>(47)</b>	299
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(4.178)	(4.213)
Juros pagos de empréstimos	(2.023)	(2.514)
Obrigações por arrendamentos	(472)	(452)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(1.946)
Juros pagos de empréstimos - partes relacionadas	-	(534)
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas	(5.661)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<b>(12.334)</b>	(9.659)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<b>8.344</b>	3.902
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	21.818	17.916
No final do período	<b>30.162</b>	21.818
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<b>8.344</b>	3.902

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 3, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 3	RN	Guamaré	26	8,966	Julho de 2020	Junho de 2032

### Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia física no contrato, de 12 MW para a média de geração do quadriênio de 9,45 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8,966 MWh.

Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8,966 MWh. Para o 4º quadriênio, iniciado em julho de 2024 houve nova repactuação, com a garantia física chegando a 8,55 MW médio.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2026.

### **2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### 2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor-- Continuação

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 51 Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas.

### 2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação**

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

(i) Nota explicativa 9 - Imobilizado: Estimativa de vida útil de ativos;

### **2.4.1 Estimativas e Premissas**

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

## **3. Práticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **3.2. Instrumentos financeiros**

#### Ativos financeiros

*Reconhecimento inicial e mensuração* - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria.

*Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Práticas contábeis materiais --Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

*Mensuração subsequente--Continuação*

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

<b>Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9</b>	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Avaliação do modelo de negócio--Continuação*

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

##### Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Práticas contábeis materiais --Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

##### Passivos financeiros--Continuação

*Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

*Mensuração subsequente* - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

*Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

*Passivos financeiros ao custo amortizado* - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Passivos financeiros--Continuação

##### *Mensuração subsequente--Continuação*

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

#### **3.4. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.4. Imobilizado--Continuação**

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

#### **3.5. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **3.6. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

#### **3.7. Conta de ressarcimento - CCEE**

A conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.7. Conta de ressarcimento - CCEE--Continuação**

Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o segundo quadriênio encerrou em 30 de junho de 2020.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

#### **3.8. Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas:

- (i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
  - (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
  - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

#### **3.9. Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### **3.13. Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

#### **3.14. Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais --Continuação**

#### **3.15. Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2025, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior.

#### **3.16. Despesas e receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **3.18. Normas emitidas mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

- (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Práticas contábeis materiais--Continuação**

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras.

- (i) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- (ii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- (iii) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco (i)	23	20
Aplicação financeira (ii)	<b>30.139</b>	21.798
<b>Total</b>	<b><u>30.162</u></b>	<u>21.818</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente 101,5% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 94,30% do CDI.

#### 5. Contas a receber de clientes

Os saldos de é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Suprimentos de energia (i)	<b>2.270</b>	2.155
<b>Total</b>	<b><u>2.270</u></b>	<u>2.155</u>

- (i) O valor de R\$2.270 em 2025 e R\$2.155 em 2024, refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### 6. Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar de caixa é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda	-	510
Contribuição social	-	498
Outros	<b>8</b>	8
<b>Total</b>	<b><u>8</u></b>	<u>1.016</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários é demonstrado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira - conta BNB (i)	3.589	3.348
<b>Total</b>	<b>3.589</b>	<b>3.348</b>

- (i) A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2025 foi de aproximadamente 101,5% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 101.50% do CDI.

## 8. Arrendamento e direito de uso

### Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2024	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2025
Direito de uso (a)	1.909	96	(333)	1.672
<b>Total</b>	<b>1.909</b>	<b>96</b>	<b>(333)</b>	<b>1.672</b>

	31/12/2024	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2025
Obrigações por arrendamento (b)	2.239	96	148	(472)	2.011
<b>Total</b>	<b>2.239</b>	<b>96</b>	<b>148</b>	<b>(472)</b>	<b>2.011</b>
<b>Total circulante</b>	<b>325</b>				<b>349</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>1.914</b>				<b>1.662</b>

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2024
Direito de uso (a)	2.225	(2)	(314)	1.909
<b>Total</b>	<b>2.225</b>	<b>(2)</b>	<b>(314)</b>	<b>1.909</b>

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (b)	2.530	(2)	163	(452)	2.239
<b>Total</b>	<b>2.530</b>	<b>(2)</b>	<b>163</b>	<b>(452)</b>	<b>2.239</b>
<b>Total circulante</b>	<b>291</b>				<b>325</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.239</b>				<b>1.914</b>

- (a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Arrendamento e direito de uso--Continuação

- (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização.  
(c) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel.

Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2025</u>
2027	374
2028	400
2029	429
2030	459
	<u>1.662</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos:

R\$ Mil	Valor Bruto			Adições líquidas		Depreciação acumulada		
	31/12/2024	Adições (i)	Baixas (ii)	31/12/2025	=(i)+(II)+(iii)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Geração - Em Serviço</b>	114.938	<b>84</b>	<b>(644)</b>	<b>114.378</b>	(560)	(72.777)	<b>41.601</b>	46.870
Aerogeradores	89.653	-	-	<b>89.653</b>	-	(60.207)	<b>29.446</b>	33.627
Equipamentos de informática	32	<b>17</b>	-	<b>49</b>	17	(18)	<b>31</b>	16
Linhas de transmissão	10.993	-	-	<b>10.993</b>	-	(6.336)	<b>4.657</b>	5.097
Máquinas e equipamentos	138	<b>67</b>	-	<b>205</b>	67	(73)	<b>132</b>	78
Edificações, obras e benfeitorias	13.437	-	-	<b>13.437</b>	-	(6.115)	<b>7.322</b>	7.748
Móveis e utensílios	34	-	-	<b>34</b>	-	(28)	<b>6</b>	8
Desmobilização	651	-	<b>(644)</b>	<b>7</b>	(644)	-	<b>7</b>	296
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	114.938	<b>84</b>	<b>(644)</b>	<b>114.378</b>	<b>(560)</b>	<b>(72.777)</b>	<b>41.601</b>	46.870

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Geração		114.378	(72.777)	41.601	46.870
Custo histórico	4.43%	114.378	(72.777)	41.601	46.870
		114.378	(72.777)	41.601	46.870

R\$ Mil	Valor Bruto		Adições líquidas		Depreciação acumulada		
	31/12/2023	Adições (i)	31/12/2024	=(i)+(II)+(iii)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Geração - Em Serviço</b>	114.901	37	114.938	37	(68.068)	46.870	14.160
Aerogeradores	89.653	-	89.653	-	(56.026)	33.627	38
Equipamentos de informática	28	4	32	4	(16)	16	14
Linhas de transmissão	10.993	-	10.993	-	(5.896)	5.097	5.537
Máquinas e equipamentos	105	33	138	33	(60)	78	51
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras e benfeitorias	13.437	-	13.437	-	(5.689)	7.748	8.174
Móveis e utensílios	34	-	34	-	(26)	8	10
Desmobilização	651	-	651	-	(355)	296	336
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	114.901	37	114.938	37	(68.068)	46.870	14.160

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2024		2023
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>				
Geração		114.938	(68.068)	46.870
Custo histórico	4,44%	114.938	(68.068)	46.870
		114.938	(68.068)	46.870

- (i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015.
- (ii) Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 14).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado--Continuação

### Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Com relação ao valor recuperável, a companhia avaliou que apesar dos impactos de geração de receita afetados pelos Curtailments (mais detalhes vide Nota Explicativa 12), a administração entende que consiga recuperar o valor dentro do período da concessão.

Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

## 10. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

<u>Empresa / Operação</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>Taxa efetiva de juros</u>
Financiamento BNB (i)	<b>26.930</b>	31.108	31/03/2031	Mensal	IPCA+9,50% a.a.
Juros	7	7			
Encargos	(90)	(107)			
<b>Total</b>	<b>26.847</b>	31.008			

A movimentação do empréstimo no exercício está assim representada:

<u>Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Apropriação de encargos</u>	<u>31/12/2025</u>
Financiamento BNB (i)	31.008	<b>2.023</b>	<b>(4.178)</b>	<b>(2.023)</b>	17	<b>26.847</b>
<b>Total</b>	31.008	<b>2.023</b>	<b>(4.178)</b>	<b>(2.023)</b>	17	<b>26.847</b>
<b>Total circulante</b>	4.168					<b>4.454</b>
<b>Total não circulante</b>	26.840					<b>22.393</b>

<u>Operação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Apropriação de encargos</u>	<u>31/12/2024</u>
Financiamento BNB (i)	35.474	2.244	(4.213)	(2.514)	17	31.008
<b>Total</b>	35.474	2.244	(4.213)	(2.514)	17	31.008
<b>Total circulante</b>	4.164					4.168
<b>Total não circulante</b>	31.310					26.840

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Empréstimos--Continuação

- (i) Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 1, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em julho de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem o efeito do custo apropriado, têm seu vencimento assim programado:

	<b>31/12/2025</b>
2027	<b>4.766</b>
2028	<b>5.081</b>
2029	<b>5.411</b>
2030 e 2031	<b>7.207</b>
	<b><u>22.466</u></b>

### Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira dos títulos e valores mobiliários, conforme a nota 7.

## 11. Partes relacionadas

### 11.1. Mútuo a receber

Segue abaixo a movimentação de contrato de mútuo a receber:

	<b>31/12/2024</b>	<b>Recebimento de principal</b>	<b>Juros</b>	<b>31/12/2025</b>
V2i Energia S.A.	-	<b>5.500</b>	<b>161</b>	<b>5.661</b>
<b>Total</b>	-	<b>5.500</b>	<b>161</b>	<b>5.661</b>

Em abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de mútuo na qualidade de mutuante com sua controladora, V2i Energia, visando a otimização da alocação de caixa do grupo econômico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Partes relacionadas --Continuação

### 11.1. Mútuo a pagar--Continuação

Segue abaixo a movimentação de contrato de mútuo a pagar:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Juros</u>			<u>31/12/2025</u>
Mangue Seco 1- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	9.862	1.413			11.275
Mangue Seco 4- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	7.336	864			8.200
<b>Total</b>	<u>17.198</u>	<u>2.277</u>			<u>19.475</u>

  

	<u>31/12/2023</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>31/12/2024</u>
Mangue Seco 1- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	8.894	968	-	-	9.862
Mangue Seco 4- Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	8.894	922	(1.946)	(534)	7.336
<b>Total</b>	<u>17.788</u>	<u>1.890</u>	<u>(1.946)</u>	<u>(534)</u>	<u>17.198</u>

Por decisão da administração e com o objetivo de otimizar a gestão de caixa, o pagamento do mútuo foi prorrogado para junho de 2026. O valor continua sendo atualizado mensalmente pelo CDI, cuja taxa anual foi de 10,81%.

Por motivos operacionais a data de vencimento foi atualizada para a competência de 06/2026.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Conta de ressarcimento - CCEE

### Curtaiment

A Companhia, em conformidade com o novo cenário regulatório estabelecido pela Lei nº 15.269/2025, passou a reconhecer o direito ao ressarcimento por curtaiment decorrente de indisponibilidade externa e razões elétricas. Em virtude desta nova base legal, a Administração procedeu com a reversão de R\$9 milhões do passivo anteriormente provisionado, montante correspondente à parcela abrangida pela referida legislação.

A eficácia do recebimento e a manutenção desta reversão estão condicionadas à assinatura do Termo de Compromisso junto à CCEE, o qual prevê a renúncia aos processos judiciais correlatos. A Companhia informa que irá aderir ao Termo de Compromisso e aguarda a publicação da versão final do instrumento para formalizar a adesão.

Em relação aos demais pleitos não contemplados pela nova lei, a metodologia de cálculo e a estratégia de defesa permanecem inalteradas, não tendo sido registrado, até o momento, impacto adicional no resultado ou na posição patrimonial da Companhia.

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ressarcimento CCEE 4º Quadriênio (iii)	19.327	1.745
Ressarcimento CCEE 3º Quadriênio (ii)	8.961	16.202
Ressarcimento CCEE 2º Quadriênio (i)	-	-
Constrained-off	<b>(9.131)</b>	-
<b>Total</b>	<b>19.157</b>	17.947
<b>Total circulante (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total não circulante (iv)</b>	<b>19.157</b>	17.947

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Conta de ressarcimento - CCEE--Continuação

- (i) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância. (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2016 a 06/2020.
- (ii) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2020 a 06/2024.
- (iii) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao contrato com a CCEE do quadriênio atual de 07/2024 a 06/2028.
- (iv) A companhia decidiu manter o saldo no longo prazo após conclusão de um Benchmarking no qual foi identificado que o cronograma de pagamento tem previsão de ser divulgado no meio do ano com início de quitação após, pelo menos, 6 meses da data de divulgação.

## 13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita operacional</b>	<b>17.301</b>	17.443
Base presunção IRPJ 8%	<b>1.384</b>	1.395
Base presunção CSLL 12%	<b>2.076</b>	2.093
<b>Outras receitas</b>	<b>580</b>	73
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.640</b>	1.959
Base de IRPJ	<b>5.604</b>	3.427
<b>Despesa de IRPJ</b>	<b>(1.378)</b>	(833)
Base de CSLL	<b>6.296</b>	4.125
<b>Despesa de CSLL</b>	<b>(567)</b>	(371)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.945)</b>	(1.204)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>-</b>	-
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(1.945)</b>	(1.204)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

#### 13.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Saldo inicial dos impostos a pagar</b>	<b>320</b>	346
Impostos calculados	1.945	1.204
Impostos deduzido	-	(200)
Impostos pagos	<b>(1.993)</b>	(1.030)
<b>Saldo final dos impostos a pagar</b>	<b>272</b>	320

#### 13.2. Imposto diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre os valores de receitas de Constrained-off e são convertidos quando a Companhia reconhece este valor.

A movimentação dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Constrained off	<b>(9.131)</b>	-
<b>Base diferida</b>	<b>(9.932)</b>	-
PIS e COFINS	<b>(333)</b>	-
IRPJ e CSLL	<b>(1.093)</b>	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(1.426)</b>	-
<b>Total circulante</b>	<b>-</b>	-
<b>Total não circulante</b>	<b>(1.426)</b>	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo realizado pela Delos Controle Patrimonial Avaliações e Sistema, levando em consideração os custos atrelados a desmobilização dos ativos (Nota 9).

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 15,18%. As premissas utilizadas pela companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base no custo de capital da companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as premissas utilizadas para os cálculos foram atualizados com base em estimativa atual do custo total de desmontagem dos parques eólicos e também relativo ao prazo que o ativo será desmobilizado que é o término da renovação dos contratos de arrendamento dos parques eólicos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para desmobilização – Saldo Inicial	2.174	1.901
Remensuração (i)	(2.168)	-
Atualização Monetária	1	273
Provisão para desmobilização – Saldo Final	<u>7</u>	<u>2.174</u>

(i) A movimentação no exercício se deu pelo novo laudo de reavaliação das premissas do cálculo da desmobilização, bem como custo dos serviços e também no prazo. Pois para o novo cálculo está sendo considerado a renovação do prazo da concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Provisão contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para contingências	<b>162</b>	80
<b>Total</b>	<b>162</b>	80

### Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025 a Usina Mangue Seco 3 possui 2 processos de ações cíveis com prognóstico possível de perda no valor de R\$92, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 3, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 1 e Usina Eólica de Mangue Seco 4 e que compartilham áreas e ativos comuns.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.580 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$7.580, e está representado por 11.944.763 (onze milhões novecentos e quarenta e quatro setecentos e sessenta e três), em 2024: 11.944.763 (onze milhões novecentos e quarenta e quatro setecentos e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Patrimônio líquido--Continuação

### a) Capital social--Continuação

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
V2I Energia S.A.	<b>11.944.763</b>	<b>7.580</b>	<b>100%</b>	11.944.763	7.580	100%
	<b>11.944.763</b>	<b>7.580</b>	<b>100%</b>	11.944.763	7.580	100%

### b) Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	<b>9.411</b>	(3.315)
Absorção do prejuízo	<b>(1.812)</b>	-
<b>Base da reserva legal</b>	<b>7.599</b>	(3.315)
Reserva legal (5%)	<b>380</b>	-
<b>Saldo inicial</b>	-	1.391
Calculado no ano	<b>380</b>	-
Absorção do prejuízo (i)	-	(1.391)
<b>Total</b>	<b>380</b>	-

(i) A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### c) Dividendos

Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após decisão do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Patrimônio líquido--Continuação

### c) Dividendos--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.411	(3.315)
Absorção do prejuízo	(1.812)	-
Reserva legal (5%)	(380)	-
<b>Base para dividendos</b>	<b>7.219</b>	<b>(3.315)</b>
Alíquota	25%	25%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>1.805</b>	-
<b>Dividendos adicionais</b>	-	-
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>1.805</b>	-

### d) Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.411	(3.315)
Absorção do prejuízo	(1.812)	-
Reserva legal (5%)	(380)	-
Dividendos mínimos propostos	(1.805)	-
<b>Reserva de lucros</b>	<b>5.414</b>	<b>(3.315)</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.812)</b>	<b>(112)</b>
Calculado no ano	7.219	(1.812)
Absorção de prejuízo acumulado	1.812	112
<b>Total</b>	<b>7.219</b>	<b>(1.812)</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Patrimônio líquido--Continuação

### e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro/Prejuízo do exercício	9.411	(3.315)
<b>Lucro/Prejuízo por ação</b>	<b>0,8446</b>	<b>(0,2775)</b>

## 17. Receita operacional líquida

Os saldos da receita operacional líquida são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de geração (i)	17.301	17.443
Curtaíment (ii)	9.131	-
(-) Tributos sobre a receita	(965)	(637)
(-) Encargos do consumidor	(112)	(107)
<b>Total</b>	<b>25.355</b>	<b>16.699</b>

(i) Em 2025, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) impôs sucessivas restrições à geração de energia por ativos eólicos e fotovoltaicos, especialmente no Nordeste. Entre os empreendimentos afetados está o complexo Mangue Seco, incluindo Mangue Seco 3. Essas restrições resultaram em uma redução de 35,22% na geração em relação à meta contratual, impactando diretamente a receita anual da empresa.

(ii) Corresponde a receita gerada no exercício de 2025 referente a movimentação de curtaíment

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos dos bens construídos e serviços prestados são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo com depreciação e amortização	(5.064)	(5.097)
Custo com serviços de terceiros	(4.081)	(4.014)
Custo com pessoal	(1.065)	(1.036)
Custo com tributos	(572)	(591)
Custo com materiais	-	(67)
Custo com depreciação de arrendamentos	(333)	(314)
Custo com encargos de transmissão, conexão e distribuição	(234)	(225)
Demais custos (i)	1.707	(241)
<b>Total</b>	<b>(9.642)</b>	<b>(11.585)</b>

(i) Corresponde à baixa de saldo de desmobilização referente ao exercício de 2025.

## 19. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Multas contratuais e regulatórias (i)	-	(2.257)
Pessoal	(171)	(176)
Serviços de terceiros	(301)	(259)
Tributos	(1.033)	(270)
Gastos diversos (ii)	305	(266)
<b>Total</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(3.228)</b>

(i) Corresponde à multa sobre a parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado).

(ii) Corresponde à saldo de atualização de saldo de ressarcimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Resultado financeiro

Os saldos de receitas e despesas financeiras são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros e variações monetárias (i)	<b>(5.669)</b>	(5.892)
IOF, Comissões e taxas	<b>(35)</b>	(11)
Outras despesas financeiras	-	(53)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(5.704)</b>	(5.956)
Receita com aplicações financeiras	<b>3.449</b>	1.959
Juros sobre mútuo	<b>172</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>19</b>	-
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>3.640</b>	1.959
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(2.064)</b>	(3.997)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2025 é R\$2.023 e em 31/12/2024 é R\$2.244. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2025 é de R\$17 e em 31/12/2024 é de R\$17. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2025 é R\$150 e em 31/12/2024 é R\$163. O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2025 é R\$1 e em 31/12/2024 é R\$273. O valor de juros sobre empréstimos tomados partes relacionadas em 2025 é R\$2.276 em 31/12/2024 é R\$1.890.

## 21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Nível</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	<b>30.162</b>	21.818
Títulos e valores mobiliários	2	<b>3.589</b>	3.348
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>			
Contas a receber de clientes	2	<b>2.270</b>	2.155
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>			
Empréstimos	2	<b>26.847</b>	31.008
Fornecedores	2	<b>888</b>	526

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

### 21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

#### Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### 21.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

#### Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

### 21.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

## 22. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (a)	150.000	00004197	21/11/2025 a 21/11/2027
Responsabilidade Civil (b)	5.000	1.510.007.657	21/11/2025 a 21/11/2026

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **22. Seguros--Continuação**

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.657, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.542,03

## **23. Eventos subsequentes**

\* \* \*

### **Diretoria Executiva**

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca  
Diretora

Vagner Alexandre Serratto  
Diretor

### **Responsável técnico pelas informações contábeis**

Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9